

Demonstrações Financeiras

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

31 de dezembro de 2013
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais..... 3

Demonstrações do resultado 4

Demonstrações do resultado abrangente 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 6

Demonstrações dos fluxos de caixa..... 7

Notas explicativas às demonstrações financeiras 8



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
5º ao 8º andares - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
Fax: +55 21 3263-7004
ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
En-Brasil Comércio e Serviços S.A.
Niterói - RJ

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	Nota	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	4	116	2.328
Títulos e valores mobiliários	5	14.152	8.808
Clientes	6	6.805	1.409
Tributos a compensar	7	1.869	1.418
Outros Ativos		18	18
Adiantamentos		109	50
Total do ativo circulante		<u>23.069</u>	<u>14.031</u>
NÃO CIRCULANTE			
Adiantamentos		5	45
Imobilizado	8	2.201	307
Intangível	9	306	390
Total do ativo não circulante		<u>2.512</u>	<u>742</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>25.581</u>	<u>14.773</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	5.138	1.700
Salários, provisões e encargos sociais		473	302
Obrigações Fiscais	11	1.584	1.205
Participações dos colaboradores nos lucros		363	-
Dividendos a pagar		10.985	4.790
Outras obrigações Passivas		201	193
Total do passivo circulante		<u>18.744</u>	<u>8.190</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13	1.000	1.000
Reserva de lucros	13	1.000	1.000
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	13	4.837	4.583
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>6.837</u>	<u>6.583</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO		25.581	14.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
RECEITA LÍQUIDA	15	27.536	22.401
CUSTO DO SERVIÇO	16	(6.926)	(7.234)
LUCRO BRUTO		<u>20.610</u>	<u>15.167</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	16	(11.556)	(6.748)
Total despesas operacionais		<u>(11.556)</u>	<u>(6.748)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		<u>9.054</u>	<u>8.419</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	1.108	656
Despesas financeiras	17	(105)	(74)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		<u>10.057</u>	<u>9.001</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	14	(3.607)	(2.859)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>6.450</u>	<u>6.142</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro Líquido do Exercício	<u>6.450</u>	6.142
Outros Resultados abrangentes	<u>-</u>	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>6.450</u>	<u>6.142</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	<u>Reservas de lucros</u>					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de reforço de capital de giro	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	(2.368)	(2.368)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.142	-	6.142
Proposta da administração para destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	32	-	(32)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(1.527)	-	(1.527)
Dividendos adicionais	-	-	-	(4.583)	4.583	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	1.000	200	800	-	4.583	6.583
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	(4.583)	(4.583)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.450	-	6.450
Proposta da administração para destinação do lucro líquido:						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(1.613)	-	(1.613)
Dividendos adicionais	-	-	-	(4.837)	4.837	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	1.000	200	800	-	4.837	6.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Demonstrações do fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Expressos em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	6.450	6.142
Ajustes por:		
Amortização e depreciação	103	93
	6.553	6.235
Redução nos ativos		
clientes	(5.396)	(994)
Tributos a compensar	(451)	(897)
Adiantamentos	(19)	(84)
Outros Ativos	-	(14)
	(5.866)	(1.989)
Aumento/Redução nos passivos		
Fornecedores	3.438	(892)
Salários, provisões e encargos sociais	534	176
Obrigações fiscais	379	(16)
Outros passivos	8	(225)
	4.359	(957)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	5.046	3.289
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações no intangível	-	(48)
Aplicações no imobilizado	(1.914)	(94)
Títulos e valores mobiliários	(5.344)	(944)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(7.258)	(1.086)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.212)	2.203
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.328	125
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	116	2.328
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.212)	2.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Informações gerais

Contexto operacional

A En-Brasil Comércio e Serviços S.A. (“Prátil” ou a “Companhia”), com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, RJ, foi constituída em 18 de agosto de 2009 e tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consócios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, bem como a prestação de serviços em geral, de qualquer natureza ou especialidade, inclusive os direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião realizada em - de ----- de 2014.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia reconhece as receitas sobre serviços prestados no momento da efetiva entrega do resultado final dos serviços. A administração da Companhia efetua análise do prazo médio de prestação dos serviços e entende que estes serviços não possuem execução de longo prazo, de modo que a base técnica para o reconhecimento das receitas pela Companhia é o Pronunciamento Técnico CPC 30 - Receitas.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Reconhecimento de receita--Continuação

Para todos os instrumentos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao valor contábil líquido inicial do instrumento financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

2.4.1. Ativo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.4.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.4.1. Ativo financeiro--Continuação

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.
- ▶ Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.4.1. Ativo financeiro--Continuação

2.4.1.1. *Caixa e equivalentes de caixa*

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa os saldos de caixa, contas bancárias, e uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo apresentado como caixa e equivalente de caixa se refere em sua totalidade a recursos mantidos em contas correntes bancárias.

2.4.1.2. *Contas a receber*

As contas a receber de clientes representam valores a receber por conta dos faturamentos realizados de acordo com as condições contratuais e estão apresentadas a valores de realização. Adicionalmente, o contas a receber é registrado e mantido no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos. A provisão para crédito de liquidação duvida é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos. Entretanto, não foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa em função das remotas expectativas de perda.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.4.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

2.4.3. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem, basicamente, suas obrigações com fornecedores.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.4.3. Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38"), a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivo. Ganhos e perdas para a negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013.

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.4.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.5. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar o ativo imobilizado da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Administração da Companhia vem realizando consistentemente ao longo dos anos revisão dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado; e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.8. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui constituição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.9. Imposto de renda e contribuição social - correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro presumido, através de aplicação dos percentuais definidos pela legislação vigente na data de apresentação das demonstrações financeiras. Sobre estas bases são calculados o imposto de renda e contribuições sociais baseadas nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 no ano) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%).

2.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após distribuição para reserva legal. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

2.12. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) foram revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2012. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia e de suas controladas, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

▶ CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros

Evidenciação (“CPC 40”). A revisão do CPC 40 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures* (“IFRS 7”).

▶ ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos (“ICPC 08”)

A revisão da ICPC 08 tem como objetivo complementar o documento original emitido pelo CPC em 2009, abordando em mais detalhes as previsões contidas na legislação societária brasileira em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios.

▶ CPC 18 (R1) - Investimento em Coligada e em Controlada (“CPC 18”)

A revisão do CPC 18 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 28 - *Investments in Associates*. Alteração relevante trata do reconhecimento de resultados de transações entre controlada e controladora constante nos itens 22A, 22B e 22C, também tratado no ICPC 09, comentado abaixo.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012--Continuação

- ▶ ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial ("ICPC 09")

A revisão da ICPC 09 é decorrente da revisão do Pronunciamento Técnico CPC 18.

- ▶ CPC 17 (R1) - Contratos de Construção ("CPC 17")

A revisão do CPC 17 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 11 - Construction Contracts.

- ▶ CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30")

A revisão do CPC 30 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 18 - Revenue.

- ▶ CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas ("CPC 35")

A revisão do CPC 35 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 27 - Separate Financial Statements.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir os pronunciamentos que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Administração da Companhia pretende adotar tais pronunciamentos quando os mesmos entrarem em vigor.

▶ CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (“CPC 33”)

A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - Employee Benefits, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

▶ CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (“CPC 18”)

A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - Investments in Associates, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas, além de definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012 --Continuação

- ▶ **CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (“CPC 45”)**

O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua a posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.
- ▶ **CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (“CPC 36”).** A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - Consolidated and Separate Financial Statements, que resultou na edição pelo IASB - Internacional Accounting Standards Board do IFRS 10 - Consolidated Financial Statements, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.
- ▶ **CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (“CPC 46”).** O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - Fair Value Measurement, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e a estimativa de valor recuperável.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Segue abaixo a composição dos saldos aplicados em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>116</u>	<u>2.328</u>
Total	<u>116</u>	<u>2.328</u>

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixas são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins, os quais se encontram em sua totalidade mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

<u>Banco</u>	<u>Tipo</u>	<u>Taxa Média</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Banco Itaú S.A.	Fundo de Investimento	7,72%	<u>14.152</u>	<u>8.808</u>
			<u>14.152</u>	<u>8.808</u>

A Companhia aplica seus excedentes de caixa em fundos de investimentos, os quais são classificados como títulos e valores mobiliários. Tais fundos de investimentos referem-se a fundos multipatrocinados de renda fixa administrados por instituição financeira de primeira linha, que busca retorno por meio de investimentos em títulos públicos e/ou títulos privados de modo conservador.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

6. Clientes

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ace Seguradora S.A	515	3
Alphaville Empreendimentos Imobiliários Ltda	95	33
Alphaville Urbanismo	34	584
Ametista Imóveis Ltda	86	-
BEQ Eletrificação Ltda	28	36
Baraúna Empreendimentos Imobiliários Ltda	324	-
Barcas S/a Transportes Marítimos	74	-
Bass Energy	269	-
Buzios Resort	49	-
Cartão de Todos	162	-
Construtora Residence Ltda	58	-
Conviver Urbanismo	776	-
Croatá Ville	108	-
Easy Power Comércio de Máquinas e Equipamentos	152	-
Elciq Engenharia Ltda	93	-
Emd Brasil Comércio de Materiais Elétricos Ltda	221	-
Enel Brasil Participações Ltda	120	120
Engebio Engenharia do Meio Ambiente Ltda	57	-
Filomena Empreendimento Imobiliário	171	-
Icatu Capitalização S.a	114	-
Iguatemi Shopping	381	-
Instituto de Saude e Gestão Hospitalar	52	-
La Villete Empreendimentos Imobiliários Ltda	62	-
LLX Açú Operações Portuárias S.a	94	255
Mapi Incorporação e Participação	78	-
Metativa Consul e Serviços de Engenharia Ltda	97	97
Montacon Engenharia Ltda	122	-
Norsa Refrigerantes Ltda	18	29
Precisa Eletro Ltda	397	86
Prefeitura de Aquiraz	59	-
QBE Brasil Seguros	112	4
Riomar Shopping Fortaleza S.a	376	-
Santa Terezinha	66	-
Sempre Odonto Planos odontológicos Ltda	55	-
Shopping Park Lagos S/A	85	-
Suzlon Energia Eólica	92	-
ZRC	100	80
Zurich Brasil Seguros s/a	49	-
OAM Construções e Incorporações Ltda	336	-
Outros	668	82
	<u>6.805</u>	<u>1.409</u>

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração da Companhia entende não haver necessidade de constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa em função da remota possibilidade de perda.

7. Tributos a compensar

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto de Renda	578	485
Contribuição Social	169	136
COFINS	391	291
PIS	86	64
INSS	603	423
ICMS	28	6
ISS	14	13
	<u>1.869</u>	<u>1.418</u>

O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e a retenções de notas fiscais emitidas.

O saldo de contribuição social, PIS e COFINS a compensar referem-se a valores retidos na fonte sobre notas fiscais emitidas. Quanto aos saldos de INSS e ISS a compensar, os mesmos referem-se a valores retidos na fonte sobre notas fiscais emitidas à construção civil e à clientes substitutos tributários, respectivamente.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

8. Imobilizado

Os bens e as instalações da Companhia seguem demonstrados abaixo, com suas respectivas depreciações, a saber:

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Total
Taxas de depreciação média (%) a.a	10	10	4		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	87	50	102	15	254
Adições	-	-	6	88	94
Reclassificação	(37)	19	18		-
Depreciação	(7)	(8)	(26)		(41)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	43	61	100	103	307
Adições	-	-	-	1.914	1.914
Depreciação	(6)	(8)	(6)	-	(20)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	37	53	94	2.017	2.201

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

9. Intangível

Estão registrados no intangível os gastos referentes à implantação e a aquisição de licença de uso de software e a criação de desenho arquitetônico. Esses ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

No intangível em andamento estão registrados os gastos referentes à implantação e a aquisição de licença de uso de softwares, os quais estão em fase de implantação, e ainda não se encontram em uso.

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Softwares	Intangível em andamento - Softwares	Total
Taxas de amortização média (%) a.a. Reclassificação	25		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	178	216	394
Adições	3	45	48
Transferência	216	(216)	-
Amortização	(53)	-	(53)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	344	45	389
Amortização	(83)	-	(83)
Saldo em 31 de Dezembro 2013	261	45	306

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

10. Fornecedores

Fornecedores	31/12/2013	31/12/2012
Ace Seguradora S.A	1.017	93
Arval Brasil Ltda	12	11
Cosampa Projetos e Construções Ltda	28	35
Contas a pagar a partes relacionadas (*)	1.699	-
Companhia de Seguros Minas-Brasil	78	-
Evolution Serviços Contábeis Ltda	23	18
Hewlett packard BrasilLtda	80	-
Icatu Capitalização S.a	115	-
José Augusto Braga Reis	-	66
Loprese Locação e Prestação de Serviços Ltda	113	-
Magenta Design e Gráfica Ltda	107	-
Man Latin America ind. E com de Veiculos Ltda	-	51
Medral Serviços de Eng. E Infra est. Ltda	47	84
Montacon Engenharia Ltda	89	356
Multserv Serviços Especializados Ltda	182	19
Personal Service Rec Hum e Assessoria Empresarial	97	103
Provider Soluções Tecnológicas	110	119
Phelps Dodge International Brasil	-	113
Prysmian Energ. Cabos Sist. Brasil S.a	-	193
QBE Brasil Seguros Ltda	155	98
S3 Comercio de Sistemas de Segurança	-	27
Sub Todos Ceará Ltda	319	138
Sub Franqueadora de Todos Ltda	507	-
Tickte Serviços S.a	-	10
Outros	360	166
	5.138	1.700

* Para mais informações sobre os termos e condições envolvendo contas a pagar de partes relacionadas, consulte a Nota 12.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11. Obrigações fiscais

Obrigações Fiscais	31/12/2013	31/12/2012
COFINS	46	64
CSLL	248	211
INSS	202	117
IRPJ	683	540
IRRF	51	89
FGTS	62	26
ISS	152	93
ICMS	36	6
PIS	10	14
Outros Tributos e Contribuições	94	45
	1.584	1.205

12. Partes relacionadas

Transações com as distribuidoras de energia

A Companhia possui contratos vigentes com Ampla Energia e Serviços S.A. ("Ampla") e Companhia Energética do Ceará - COELCE ("COELCE"), ambas distribuidoras de energia pertencentes ao mesmo grupo econômico, através dos quais as referidas partes relacionadas arrecadam e repassam à Companhia valores cobrados aos seus clientes através de serviços prestados pela Companhia. Os serviços de arrecadação prestados pelas referidas distribuidoras são cobrados de acordo com as condições estabelecidas em contratos, os quais representam parte dos custos da Companhia com a contratação de serviços de terceiros.

Transações com empresa do Grupo ENEL

A companhia possui um passivo com a Enel Green Power Desenvolvimento Ltda referente a um desenvolvimento de projeto interno relativo a plano de negócio solar.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	31/12/2013		31/12/2012	
	Passivo circulante *	Receita (Despesa)	Passivo circulante	Receita (Despesa)
Ampla Energia S.A	54	844	-	-
Companhia Energetica do Ceará - COELCE	48	691	-	-
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda	1.597	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas	1.699	1.535	-	-

*Esses valores estão classificados como fornecedores (vide nota 10)

.Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$544 (R\$699 em 2012). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$990, mediante a emissão de 990.000 (novecentos e noventa mil) ações ao preço unitário de emissão de R\$1,00 (um real). As ações subscritas foram integralizadas mediante a capitalização do empréstimo em aberto com a Endesa Brasil no valor de R\$614 em 30 de abril de 2011, e através do desembolso financeiro no valor de R\$376 efetuados pelos acionistas da Companhia em 9 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital subscrito e integralizado está representado por 1.000.000 de ações ordinárias sem valor nominal, todas com direito a voto, sendo sua distribuição como segue:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de Ações</u>	<u>% de participação no capital</u>
Endesa Brasil S.A	999.999	99,9999%
Central Geradora Termoeletrica Forlataza (CGTF)	1	0,0001%
<u>Total</u>	<u>1.000.000</u>	<u>100%</u>

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia deixou de constituir a reserva legal em virtude do saldo desta reserva ter atingido o limite máximo de 20% do capital social, conforme o estabelecido no caput do artigo 193 da Lei 6.404/76.

13. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de lucro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

mínimo e seu saldo não pode exceder o montante de 80% do capital subscrito. A reserva de lucro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	6.450	6.142
(-) Reserva Legal	-	(32)
Lucro líquido ajustado	6.450	6.110
Dividendos mínimo obrigatório	1.613	1.527
Dividendos Adicionais	4.837	4.583

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro presumido de acordo com a Lei nº 9.430, de 1996, arts. 1º e 25; RIR/1999, art. 516, § 5º.

As provisões para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro presumido		
Faturamento - Venda de Serviços	29.915	24.443
Demais receitas - Receitas Financeiras	1.108	656
Base de cálculo	31.023	25.099
Alíquota aplicável - Presunção	32%	32%
Base de cálculo	9.573	7.822
Alíquota aplicável do imposto de renda	15%	15%
Alíquota aplicável do imposto de renda adicional	10%	10%
Alíquota aplicável da contribuição social	9%	9%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	2.646	2.096
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	961	763
Impostos Correntes	3.607	2.859

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Receita líquida

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita de venda de serviços	29.915	24.443
(-) Deduções da receita		
ISS	(1.164)	(1.145)
COFINS	(898)	(734)
PIS	(194)	(159)
ICMS	(123)	(4)
Total de deduções de receita	(2.379)	(2.042)
	<u>27.536</u>	<u>22.401</u>

16. Custo de serviço e despesas gerais e administrativas

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	<u>Custo do Serviço</u>		<u>Despesas gerais e administrativas</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pessoal	-	-	5.757	3.484
Material	-	-	2.383	1.240
Serviços de terceiros	6.926	7.234	2.572	1.032
Depreciação e amortização	-	-	103	94
Tributos	-	-	5	2
Outras Despesas	-	-	736	896
Total	<u>6.926</u>	<u>7.234</u>	<u>11.556</u>	<u>6.748</u>

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17. Resultado financeiro

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	1.057	635
Outras receitas financeiras	51	21
Total da receita financeira	1.108	656
Despesa financeira		
Outras despesas financeiras	(105)	(74)
Total da despesa financeira	(105)	(74)
Total	1.003	582

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.